

Processo () Parte () Advogado ()

Número ?

Único

Antigo

Execução

CDA

0000873-32.2020.8.17.3370

Consultar

▼ 1º GRAU - Eletrônico

()

0000873-32.2020.8.17.3370

Orgão Julgador

2ª Vara Cível da Comarca de Serra Talhada

Classe CNJ

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL

Assunto(s) CNJ

Acidente de Trânsito.

Partes

Exibindo todas

AUTOR

JOSE WESLEY SIQUEIRA

ADVOGADO(A)

HAROLDO MAGALHAES DE CARVALHO

RÉU

SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

ADVOGADO(A)

RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO

ADVOGADO(A)

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR

Movimentações

Exibir apenas 5 últimas

Exibindo todas

14/02/2023 07:45

Arquivado Definitivamente

14/02/2023 07:45

Expedição de Certidão.

14/02/2023 07:44

Transitado em Julgado em 14/02/2023

27/01/2023 09:33

Expedição de Certidão.

19/12/2022 14:13

Expedição de Ofício.

19/12/2022 08:12

Expedição de Certidão.

19/12/2022 07:58

Expedição de intimação.

19/12/2022 07:58

Expedição de intimação.

16/12/2022 11:44

Julgado improcedente o pedido

(Clique para expandir) ... mbuco, independentemente do juízo de admissibilidade. Como já houve o depósito judicial dos honorários periciais, fica determinada a transferência dos valores da conta judicial para a conta de titularidade do expert, com a EXPEDIÇÃO de ofício para a instituição bancária competente autorizando a transferência. Nada mais havendo para ser cumprido, ARQUIVEM-SE os autos. Nos termos dos arts. 27 e art. 28, § 4º, art. 32, parágrafo único, da Lei Estadual nº 16.397/2018 (Código de Procedimento em matéria processual no âmbito do Estado de Pernambuco), atribuo ao presente ato, assinado eletronicamente, força de MANDADO / OFÍCIO / CARTA / CARTA PRECATÓRIA, para fins de possibilitar o seu célere cumprimento, em consagração ao princípio constitucional da razoável duração do processo, servindo a segunda via como instrumento hábil para tal. Expedientes necessários. Serra Talhada/PE, (data conforme registro da assinatura digital). Diógenes Portela Saboia Soares Torres Juiz de Direito

16/12/2022 09:49

Conclusos para julgamento

15/12/2022 07:51

Conclusos para o Gabinete

15/12/2022 07:50

Expedição de Certidão.

09/12/2022 09:37

Juntada de Petição de outros (documento)

05/12/2022 09:54

Juntada de Petição de outros (documento)

28/11/2022 08:24

Expedição de Certidão.

14/10/2022 08:27

Expedição de Certidão.

06/10/2022 10:27

Expedição de intimação.

04/10/2022 09:33

Conclusos para decisão

10/05/2022 14:49

Juntada de Petição de petição em pdf

07/04/2022 10:41

Expedição de intimação.

07/04/2022 10:39

Ato ordinatório praticado

07/04/2022 10:35

Expedição de Certidão.

16/02/2022 08:58

Juntada de Petição de petição

08/03/2021 15:46

Juntada de Petição de contestação

23/02/2021 17:11

Juntada de Petição de carta

23/02/2021 17:08

Expedição de Certidão.

17/02/2021 21:41

Expedição de Certidão.

16/02/2021 15:12

Expedição de citação.

05/10/2020 11:25

Proferido despacho de mero expediente

(Clique para expandir) ... 139, VI, do CPC e Enunciado nº 35 da ENFAM). Cite-se a parte ré para, querendo, oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, contados nos moldes delineados no art. 231 do CPC/2015. Apresentada a contestação, intime-se a parte autora para, querendo, apresentar réplica, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 350 e 351, ambos do CPC/2015). Em seguida, voltem-me conclusos. Nos termos dos arts. 27 e art. 28, § 4º, art. 32, parágrafo único, da Lei Estadual nº 16.397/2018 (Código de Procedimento em matéria processual no âmbito do Estado de Pernambuco), atribuo ao presente ato, assinado eletronicamente, força de MANDADO / OFÍCIO / CARTA / CARTA PRECATÓRIA, para fins de possibilitar o seu célere cumprimento, em consagração ao princípio constitucional da razoável duração do processo, servindo a segunda via como instrumento hábil para tal. Intimações e expedientes necessários Serra Talhada/PE, (data da assinatura digital). José Anastácio Guimarães Figueiredo Correia Juiz de Direito

30/09/2020 17:27

Conclusos para despacho

30/09/2020 17:26

Expedição de Certidão.

28/07/2020 11:29

Juntada de Petição de petição

17/07/2020 20:26

Expedição de intimação.

14/07/2020 16:26

Proferido despacho de mero expediente

(Clique para expandir)8.17.3370 AUTOR: JOSE WESLEY SIQUEIRA REU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA DESPACHO O art. 319 do CPC estabelece os elementos essenciais da petição inicial, os quais devem ser objeto do devido preenchimento pelo(a) autor(a), sob pena de indeferimento da petição inicial. Porém, antes de tomar tal providência, cumpre ao Magistrado, guiado pelo dever de cooperação processual, intimar o(a) promovente para que sane a falha, com vistas a possibilitar a continuidade da marcha processual sem vícios de caráter insanável. Sendo assim, INTIME-SE a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção: a) Corrigir o valor da causa, correspondendo ao proveito econômico perseguido pelo autor; Cumprida ou não a diligência pela parte autora no prazo assinado, certifique-se nos autos e retornem conclusos para apreciação. Serra Talhada/PE, (data da assinatura digital). José Anastácio Guimarães Figueiredo Correia Juiz de Direito

09/07/2020 11:39

Conclusos para decisão

09/07/2020 11:39

Distribuído por sorteio

Audiências

Clique AQUI (<https://www.tjpe.jus.br/audiencias>) para visualizar as audiências digitais gravadas para este processo.